

# Clipping

**ascom**  
Assessoria de Comunicação da  
Universidade Federal do Amazonas



Periódico: Acritica		Data: 22/02/2019			
		Publicação: 21/02/2019			
Referência da Matéria: Susam e Ufam avançam com parceria para abertura de novos leitos no HUGV		<input checked="" type="checkbox"/>	Com foto	<input type="checkbox"/>	Sem foto
Caderno/Página/Coluna  <a href="https://www.acritica.com/channels/manaus/news/susam-e-ufam-avancam-com-parceria-para-abertura-de-novos-leitos-no-hugv">https://www.acritica.com/channels/manaus/news/susam-e-ufam-avancam-com-parceria-para-abertura-de-novos-leitos-no-hugv</a>	Enfoque	Natureza		Tipo:	
	<input checked="" type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria	<input type="checkbox"/>	Nota
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo	<input type="checkbox"/>	Classificados
	<input type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro		

## Susam e Ufam avançam com parceria para abertura de novos leitos no HUGV

Acordo irá permitir a oferta de leitos no Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV) tendo como foco as áreas de cirurgias gerais, Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e cuidado com renais crônicos 21/02/2019 às 17:32

Foto: Divulgação  
**acritica.com** Manaus (AM)

O vice-governador e secretário de saúde (Susam), Carlos Almeida, deu continuidade, nesta quinta-feira (22), às tratativas com a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) para a parceria que irá ampliar a oferta de leitos na rede estadual de saúde. Os termos do convênio estão sendo estudados pela área técnica da Ufam e da Susam e deverão estar prontos até a próxima semana, segundo o que foi conversado na reunião.



O acordo irá permitir a oferta de leitos no Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), pertencente à universidade, tendo como foco as áreas de cirurgias gerais, Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e cuidado com renais crônicos.

“É uma parceria que nos permite desafogar determinados procedimentos como, por exemplo, cirurgias urológicas e ortopédicas”, destacou Carlos Almeida.

### Visita

O secretário de saúde visitou o HUGV há um mês para conhecer as instalações e ver disposição, tanto da universidade quanto do hospital, a respeito da disponibilidade de espaço e de leitos para o estado. Dentre as demandas abordadas está a necessidade de ampliação de recursos humanos.

“Isso já está sendo feito, o encaminhamento está sendo dado e queremos, em tempo mais curto possível, estar mostrando tanto as soluções quanto o protocolo para a nossa concretização dessa parceria”, afirmou o secretário.

“Nessa parceria da Ufam com o Governo do Estado todos ganham”, pontuou o reitor da universidade, Sylvio Puga. Ele relatou o avanço em relação à definição dos quantitativos de profissionais de saúde e técnicos administrativos para atuar no hospital universitário. “O HUGV é um hospital de referência no nosso estado e atende uma parcela significativa da população”, ressaltou Puga.

Na próxima semana será realizada uma nova reunião para definir os trâmites administrativos da parceria entre a Susam e a universidade.

Periódico: Amazonas Atual		Data: 22/02/2019	
		Publicação: 21/02/2019	
Referência da Matéria: Seap alega urgência para contratar serviços sem licitação por R\$ 16,3 milhões		<input checked="" type="checkbox"/> Com foto	<input type="checkbox"/> Sem foto
Caderno/Página/Coluna  <a href="https://amazonasatual.com.br/seap-alega-urgencia-para-contratar-servicos-sem-licitacao-por-r-163-milhoes/">https://amazonasatual.com.br/seap-alega-urgencia-para-contratar-servicos-sem-licitacao-por-r-163-milhoes/</a>	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
			Nota Classificados

## Seap alega urgência para contratar serviços sem licitação por R\$ 16,3 milhões



Da Redação

Secretário da Seap na Comissão de Educação da ALE (Foto: Edimar Perrone/ALE)

MANAUS – O secretário estadual de Administração Penitenciária Marcus Vinicius Oliveira disse que o governo fez apenas dois contratos emergenciais na área da Segurança Pública, que somam R\$ 16,3 milhões. A justificativa para a contratação sem licitação foi de que os contratos estavam vencidos e “o Estado tinha urgência em continuar prestando esses serviços”.

Marcus Vinicius Oliveira participou de reunião com os deputados na ALE (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas), na manhã desta quinta-feira, 21. Além dos contratos milionários com duas empresas, o secretário também disse que o vínculo com a Umanizzare, que administra presídios, termina em julho deste ano.

De acordo com o secretário, um dos contratos firmados este ano foi com a empresa RH Multi Serviços, para serviços de operacionalização e administração da PFM (Penitenciária Feminina de Manaus), no valor de R\$ 2,3 milhões. O contrato anterior venceu no dia 2 de janeiro de 2019. Ainda conforme Marcos Vinicius, o outro contrato sem licitação foi com a Embrasil Serviços Ltda. para administrar o CDPM 2 (Centro de Detenção Provisória de Manaus 2) do sistema penitenciário do Amazonas, no valor de R\$ 14 milhões, também de gestão penitenciária. Segundo o secretário, o contrato havia vencido em dezembro de 2018 e já estava em andamento.

Umanizzare

Marcos Vinicius disse que os contratos com a empresa Umanizzare para gestão de presídios terminam em julho deste ano. Por conta disso, a Seap (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária) vai abrir nova licitação em maio de 2019.

O secretário afirmou que o governo pretende contratar a FGV (Fundação Getúlio Vargas) para definir medidas de redução de gastos. “A meta do governo é reduzir custos e estamos procurando quem nos ajude a fazer isso”, disse, ressaltando que serão oito licitações que somam R\$ 22 milhões, com base nos contratos atuais.

De acordo com a deputada Alessandra Campêlo, o secretário Marcos Vinicius disse que encontrou situações onde o projeto básico, assim como o contrato, “dão margem para que a empresa cometa erros sobre erros e o governo tenha dificuldades na cobrança de multas e sanções”. A deputada classificou os esclarecimentos prestados aos deputados como abertura de “caixa preta”.

O deputado **Wilker Barreto** (PHS), que integra o grupo de **oposição** do governo Wilson Lima, disse que fez dois requerimentos ao presidente da Comissão de Segurança Pública, Cabo Maciel, questionando os cancelamentos de oito pregões no dia 7 de janeiro, e o porquê da contratação da FGV, já que pode ter o suporte da UEA (Universidade do Estado do Amazonas) e da Ufam (Universidade Federal do Amazonas).

Periódico: Em Tempo		Data: 22/02/2019	
		Publicação: 21/02/2019	
Referência da Matéria: Concurso ou advocacia? Eis o dilema superado por Paulo Victor Vieira		<input checked="" type="checkbox"/>	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna  https://d.emtempo.com.br/economia-concursos/138502/concurso-ou-advocacia-eis-o-dilema-superado-por-paulo-victor-vieira	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
			Nota
			Classificados

## Concurso ou advocacia? Eis o dilema superado por Paulo Victor Vieira

Hoje bem-sucedido, o Dr. Paulo Victor compartilha a sua história e alguns conselhos sobre a vida de um estudante de Direito



Paulo Victor concluiu sua graduação em Direito pela UFAM em 2004 | Foto: Divulgação

**Manaus** - Não raro, depois de terminar a faculdade de Direito, muitos estudantes enfrentam um dilema que não é novidade e é tido como um divisor de águas, “prestar concurso ou advogar?”.

Em entrevista ao Portal Em Tempo, o doutor Paulo Victor Vieira da Rocha, ou melhor, apenas Paulo Victor, como ele prefere ser chamado, contou como essa questão se apresentou a ele e de que modo encontrou o que acredita que tenha sido a resposta certa.

### - O inconformismo e a inquietude: “Eu tinha um sentimento de atraso muito grande”

Paulo Victor concluiu sua graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 2004, mas sempre foi extremamente insatisfeito com o curso e desejava algo mais, apesar de ter desfrutado de alguns ótimos professores, como fez questão de frisar. Movido por uma inquietude profunda, recém-graduado, decidiu trilhar a sua jornada profissional em São Paulo, em busca de desafios e oportunidades de crescimento.

“Eu queria viajar e estudar imediatamente, porque eu tinha um sentimento de atraso muito grande. Eu me sentia um retardatário. Eu coleí grau em um dia, curei a ressaca no outro e no dia seguinte entrei em um avião e fui embora para São Paulo”, afirmou Paulo Victor.

De início, os seus objetivos maiores eram cursar uma especialização em Direito Tributário no Instituto Presbiteriano Mackenzie e advogar. Porém, por influência de seus pais, ele também se matriculou em um cursinho preparatório, para estudar para um concurso que ofertava vagas de procurador. Os pais dele temiam que o mercado da advocacia fosse muito competitivo e a carreira não oferecesse estabilidade alguma. Por isso, insistiram para que o filho tentasse ocupar um cargo de procurador que lhe permitisse a advocacia privada em paralelo e garantisse a ele uma remuneração fixa e suficiente.

# Clipping

**ascom**  
Assessoria de Comunicação da  
Universidade Federal do Amazonas



---

- “Você nunca vai passar em um concurso?... uma das coisas mais úteis que já me disseram”

Apesar de ter dado um voto de confiança ao desejo de seus pais, de que ele fizesse concurso, Paulo Victor se sentia profundamente infeliz com a metodologia de estudo de cursinho, que, segundo ele, simplesmente não lhe cativava.

“Eu tinha a metade do meu dia da mais absoluta angústia, que era entrar em um cursinho, e a outra metade do meu dia da mais absoluta felicidade, que era ir para a universidade onde eu estava fazendo especialização”, declarou.

Um dia, ao tentar tirar uma dúvida bastante teórica e abstrata com o professor que era o dono do preparatório, foi surpreendido pela pergunta “por que você quer saber isso?”, acompanhada por uma expressão quase que de desespero. “Não sei, por curiosidade”, respondeu ele. “Você nunca vai passar em um concurso público”, disse o professor, de sopetão.

“Ele nunca foi um cara muito diplomático, esse professor. Nunca foi de ter tato e delicadeza. Ele falou isso para mim sem cordialidade alguma. Falou até de maneira bastante austera, mas foi uma das coisas mais úteis que já me disseram na minha vida. Naquele dia, eu saí de lá e me questioneei ‘o que eu estou fazendo aqui? Por que eu estou tentando me enquadrar onde eu não me enquadrado?’”, afirmou.

Após aquelas duras palavras, Paulo Victor convenceu os seus pais de que a vida de concurseiro não era para ele e começou a se dedicar intensamente à sua especialização.

## - A paixão pela advocacia

Logo após deixar o cursinho preparatório para concursos, em 2005, Paulo Victor começou a advogar como associado em um escritório que, para os padrões de São Paulo, era de pequeno porte, com uma grande sensação de alívio por saber que jamais teria que representar o Estado contra um cidadão.

“Eu sempre tive uma afeição muito grande pelo empreendedorismo, pela vida empresarial. Então, eu pensava que advogar em favor do Estado, muitas vezes contra um empreendedor, era de cortar os pulsos”, desabafou.

Depois de seis meses de trabalho nesse tal escritório, no fim do ano, ele percebeu que a rotina da função que ocupava o sobrecarregava e ele não estava conseguindo estudar. Por isso decidiu se demitir.

Sabendo que precisava se sustentar, aos 24 anos, ele resolveu alugar uma sala no Centro de São Paulo e advogar por conta própria. Em uma mesa de bar, foi apresentado a alguém que queria fazer a mesma loucura e topou dividir os custos. Em um calor insuportável, trabalhando em uma sala que ficava em cima de um boteco barulhento, a parceria representou seis meses de absoluto prejuízo e de contas acumuladas.

Surgiu, em seguida, uma proposta de sociedade deles dois com três amigos de Manaus. Daí nasceu o escritório Vieira da Rocha, Benevides e Frota (VRBF), que, dadas algumas alterações no quadro, continua em operação até hoje, atuando tanto em São Paulo como na Capital Amazonense, com 12 anos de experiência no mercado e uma exímia reputação, especialmente em Direito Tributário.

# Clipping

**ascom**  
Assessoria de Comunicação da  
Universidade Federal do Amazonas



---

## **- As portas abertas na USP e na Alemanha por um caboclo do Amazonas**

No Mackenzie, por obter um certo destaque nos estudos, Paulo teve a oportunidade de, como aluno ouvinte, assistir às aulas de Luís Eduardo Schoueri e Alcides Jorge Costa, que também lecionavam na Universidade de São Paulo (USP).

À época, ele já havia descoberto que gostaria de seguir a vida acadêmica e, apesar de ter sido aconselhado várias vezes a esperar de dois a três anos na condição de ouvinte para só então aplicar para uma vaga de mestrado na USP sob a orientação de Schoueri, que teria que aceitá-lo, ele arriscou participar do processo seletivo de primeira.

“Naquela época, o processo seletivo durava seis meses. Nesses seis meses em que eu assistia às aulas do Schoueri no Mackenzie, botei na minha cabeça que a única forma de eu ter uma chance de passar na USP, sem conhecer ninguém, sendo um caboclo do Amazonas no meio daquela selva de pedra, era eu tentar ser o ouvinte que era melhor do que todos os alunos regulares. Obviamente, eu não devo ter conseguido, mas o fato é que algum destaque eu tive, porque me deram essa chance. De fato, eu entrei de primeira”, registrou Paulo Victor.

Após terminar o mestrado, ele não perdeu tempo e emendou um doutorado, também na USP. Por recomendação do seu orientador, começou a buscar oportunidades de fazer um doutorado sanduíche na Alemanha. Um professor da Universidade de Heidelberg o aprovou, ele se casou e embarcou com a sua esposa para passar um ano e meio estudando fora do país.

Ao retornar ao Brasil, em 2014, defendeu sua tese para uma banca histórica, composta pelo ex-ministro do STF Eros Grau, o ministro do STF Gilmar Mendes, Humberto Ávila, André Forlloni e o próprio Schoueri.

## **- O hoje em dia e um conselho valioso**

Paulo Victor está atualmente fazendo pós-doutorado. Dois dias após o nascimento do seu filho, em dezembro de 2017, ele recebeu a notícia de que tinha sido aceito pela USP o seu projeto de Pós-Doc, que foi desenvolvido no International Bureau of Fiscal Documentation - IBFD, o maior instituto de pesquisa sobre tributação do mundo, localizado em Amsterdam, na Holanda.

Ele tem dois livros publicados, disponíveis para compra na loja virtual da Saraiva, por meio do link que consta no fim desta matéria, e também é professor adjunto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Além disso, ele é membro do Tribunal de Impostos e Taxas da SEFAZ/SP e coordenador do programa de pós-graduação em Direito Tributário Brasileiro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) em São Paulo.

Paulo acredita na nobreza das carreiras públicas, na sua essencialidade para o Estado de Direito e na batalha dos prestadores de concurso, que tantas vezes revelam-se brilhantes servidores, mas sugestionam que aqueles que, como ele, não se encaixam neste estilo de vida, sigam as suas próprias ambições, seja na advocacia ou na academia, sem se torturar na angústia de não atender às expectativas criadas em torno deles.

Para ele, é uma questão de perfil, não havendo problema algum em seguir um caminho ou outro, desde que seja o adequado. Modesto, ele diz que o seu próximo sonho profissional é ser um advogado reconhecido. Mal sabe ele que já é.



---

# Clipping

**ascom**  
Assessoria de Comunicação da  
Universidade Federal do Amazonas



---

## Informações adicionais

Site do escritório:

<http://vrbf.com.br/>

Links de venda dos livros:

<https://www.saraiva.com.br/teoria-dos-direitos-fundamentais-em-materia-tributaria-10167858.html>

<https://www.saraiva.com.br/substituicao-tributaria-e-proporcionalidade-entre-capacidade-contributiva-e-praticabilidade-4067553.html>

Periódico: Folha de S. Paulo		Data: 22/02/2019	
		Publicação: 22/02/2019	
Referência da Matéria: Ibama chega aos 30 anos sob críticas e com desafios por todo o país		<input checked="" type="checkbox"/>	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna  <a href="https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/02/ibama-chega-aos-30-anos-sob-criticas-e-com-desafios-por-todo-o-pais.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/02/ibama-chega-aos-30-anos-sob-criticas-e-com-desafios-por-todo-o-pais.shtml</a>	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
			Nota
			Classificados

## Ibama chega aos 30 anos sob críticas e com desafios por todo o país

Acusado por Bolsonaro de praticar a 'indústria da multa', órgão ambiental ainda está sem rumo no novo governo

**Fabiano Maisonave**

**MANAUS** Alvo de [duras críticas do presidente Jair Bolsonaro](#), o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) completa 30 anos de criação nesta sexta-feira (22) com uma agenda complexa de combate a crimes ambientais, mas ainda sem rumo desde a posse do novo governo.

A princípio, as ações do Ibama para este ano se basearão no recém-concluído Diagnóstico dos Delitos Ambientais 2018, que mapeia problemas nacionais e em nível estadual.

Associado à Amazônia, o desmatamento ilegal ocorre em todos os biomas do país, dos pampas à caatinga. São também comuns em todo o território o tráfico de fauna silvestre e biopirataria.

Com relação aos problemas estaduais, os estados amazônicos continuam sofrendo com o desmatamento —entre 2017 e 2018, [desapareceram 7.900 km² de floresta](#), o maior patamar em dez anos, segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

No estado de São Paulo, os problemas incluem a pesca predatória no litoral, uso e fabricação ilegal de [agrotóxicos](#) e contrabando de pneus usados para grandes cidades.

# Clipping

**ascom**  
Assessoria de Comunicação da  
Universidade Federal do Amazonas



Em 22 de fevereiro de 1989, no governo José Sarney (MDB), é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por meio da lei 7735, em substituição ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e outros três órgãos federais Herminio Lacerda/Ibama

No segundo mês do governo Bolsonaro, o Ibama está em compasso de espera. Foram duas trocas na cúpula até agora. O novo presidente, Eduardo Bim, atuava como procurador da Advocacia-Geral da União junto ao Ibama.

A única mudança nas cinco diretorias foi na de Proteção Ambiental do órgão. No lugar de Luciano de Meneses Evaristo, funcionário histórico que ocupou o cargo nos governos FHC, Lula, Dilma e Temer, entrou o major da Polícia Militar de São Paulo Olivaldi Azevedo.

Na semana passada, Azevedo participou, ao lado do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de uma visita a um plantio de soja feito ilegalmente em uma área embargada pelo próprio Ibama, na Terra Indígena Utiariti (MT).

Existe a expectativa de que o órgão passará por várias mudanças em breves. Ao jornal O Estado de S.Paulo, Salles disse que pretende substituir os superintendentes estaduais —quase todos nomeações políticas— por oficiais militares.

O Ibama é provavelmente o órgão público mais criticado por Bolsonaro, que em 2012 foi multado em R\$ 10 mil após ser flagrado com vara de pesca em área protegida, em Angra dos Reis (RJ). O mandatário acusou a autarquia de praticar a “indústria da multa”, disse que há “capricho” por parte dos agentes e criticou o processo de licenciamento por supostamente ser duro demais.

Em respostas por escrito à **Folha**, Eduardo Bim afirmou que o Ibama priorizará delitos citados no diagnóstico, como o combate ao desmatamento e o contrabando de agrotóxicos. Sobre a presença do diretor de Proteção Ambiental em evento dentro de área embargada, limitou-se a dizer que ele “foi convocado pela comitiva ministerial”. A criação do Ibama foi oficializada em 22 de fevereiro de 1989, no governo José Sarney (PMDB), a partir da junção da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), da Superintendência da Borracha (Sudhevea) e da Superintendência de Pesca (Sudepe).

Segundo funcionários mais antigos, os primeiros anos foram de pouca coordenação entre os egressos dos quatro órgãos. Para piorar, a corrupção era comum entre os agentes de fiscalização ambiental.

O panorama começou a mudar no fim do mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2006), com a realização do primeiro concurso para a contratação de analistas ambientais. A melhoria do nível técnico dos servidores possibilitou o aprimoramento dos trabalhos de fiscalização, como o uso do georreferenciamento, e o afastamento de funcionários corruptos.



---

# Clipping

**ascom**  
Assessoria de Comunicação da  
Universidade Federal do Amazonas



---

Além da estruturação no combate ao desmatamento na Amazônia, com resultados significativos a partir de 2004, o Ibama passou a cortar na própria carne. Apenas na Operação Curupira, ocorrida em 2005 em Mato Grosso, foram presos 47 servidores envolvidos com madeira ilegal.

Ex-superintendente do Ibama entre 2003 e 2009, o professor de ciências ambientais da UFAM (Universidade Federal do Amazonas), Henrique Pereira, diz que a política ambiental ganhou impulso no governo FHC, chegou ao auge no segundo mandato de Lula (PT), mas passou a declinar. “A agenda ambiental no governo Dilma Rousseff não tinha a mesma prioridade”, diz.

Apesar do círculo virtuoso na década de 2000, o ex-superintendente criticou a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2007, que tirou do Ibama a gestão das unidades de conservação. “Saiu de uma visão sistêmica para uma coisa meio incompleta.”

Os anos 2000 marcam também o início de grandes operações do Ibama em parceria com outros órgãos, como a PF, prática que dura até hoje. Algumas das mais importantes, como a Rios Voadores (2016), foram realizadas no Pará e tinham o objetivo de frear o desmatamento ilegal.

Pesquisador da ONG Imazon, de Belém, Paulo Barreto diz que essas operações conseguiam maior impacto, como foi o caso da Boi Pirata (2008). No entanto, [a aprovação do novo Código Florestal](#), em 2012, mais permissivo ao desmatamento, e a crescente influência política na fiscalização vêm diminuindo o impacto das ações do Ibama.

# Clipping

**ascom**  
Assessoria de Comunicação da  
Universidade Federal do Amazonas



Periódico: Diário do AM		Data: 22/02/2019	
		Publicação: 22/02/2019	
Referência da Matéria: MEC repassa R\$ 1,9 milhão às instituições federais de ensino do Amazonas		<input checked="" type="checkbox"/>	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna  Pag. 13	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input checked="" type="checkbox"/> Outro
			<input type="checkbox"/> Nota
			<input type="checkbox"/> Classificados

## MEC repassa R\$ 1,9 milhão às instituições federais de Ensino do Amazonas

O Ministério da Educação liberou, no último dia 18, o montante de R\$ 1,93 milhão em recursos financeiros às instituições federais de ensino do Amazonas vinculadas à pasta. Os recursos serão aplicados na manutenção, custeio e pagamento de assistência estudantil, entre outros. Desse montante, R\$ 717.304 foram repassados à Fundação Universidade do Amazonas e

outros R\$ 1.208.320 destinaram-se ao Instituto Federal do Amazonas. No total, foram liberados R\$ 132,71 milhões para instituições de todo o País. A maior parte dos valores, R\$ 97,63 milhões, será repassada às universidades federais, incluindo repasses para hospitais universitários. Já a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica receberá R\$ 34,64 milhões. O restante, R\$

440 mil, será repassado ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), ao Instituto Benjamin Constant (IBC) e à Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Este ano, o MEC autorizou o repasse de R\$ 611,86 milhões para as instituições federais brasileiras vinculadas à pasta, incluindo o que foi destinado ao pagamento de despesas das universidades e institutos federais, do Instituto Nacional de Surdos, do Instituto Benjamin Constant e da Fundação Joaquim Nabuco.



Sandro Pereira 27/07/18